

RELATO DE PESQUISA

# CONSTRUINDO ADJETIVOS DISPOSICIONAIS

Bruna Elisa da Costa MOREIRA  

Universidade de Brasília (UnB)

## RESUMO

Este artigo retoma a tese de Moreira (2015) para discutir um trabalho recente de Resende e Rech (2020) sobre adjetivos sufixados em *-vel* no português. Nele, proponho uma análise sintática e semântica unificada para explicar a formação desses adjetivos, os quais denomino disposicionais. Analiso o sufixo *-vel* como um núcleo adjetival que se comporta como um modal dinâmico, com força quantificacional existencial, uma base modal formada por propriedades (introduzidas por frases do tipo “em virtude de”) e uma fonte de ordenamento proposicional, predominantemente estereotípica (BRENNAN, 1993). Sintaticamente, proponho que o sufixo tem comportamento uniforme e seleciona uma projeção não saturada de Voz/Iniciador, como numa operação morfossintática passiva (BRUENING, 2013), ideia que implemento no modelo da sintaxe de primeira fase (RAMCHAND, 2008). Essa proposta dispensa a postulação de duas regras distintas, já familiares em propostas lexicalistas (WASOW 1977), assim como de diferentes alturas de concatenação do sufixo em uma hierarquia funcional, como em propostas não lexicalistas (Oltra-Massuet, 2014; RESENDE; RECH, 2020). Defendo, assim, que ela permite uma explicação mais adequada e elegante para a derivação dos padrões observados nessa classe de adjetivos.

## ABSTRACT

This paper returns to Moreira’s (2015) proposal to discuss a recent paper by Resende and Rech (2020) on adjectives formed with the suffix *-vel* in Portuguese. I propose a unified syntactic and semantic analysis to



## EDITORES

– Miguel Oliveira, Jr. (UFAL)  
– René Almeida (UFS)

## AVALIADORES

– Isabella Pederneira (UFRJ)  
– Ana Scher (USP)

## DATAS

– Recebido: 02/08/2021  
– Aceito: 28/09/2021  
– Publicado: 25/11/2021

## COMO CITAR

MOREIRA, Bruna Elisa da Costa (2021).  
Construindo adjetivos disposicionais.  
*Cadernos de Linguística*, v. 2, n. 4,  
e423.

account for the derivation of these forms, which I call dispositional adjectives. I analyze the suffix as an adjectival head that behaves like a dynamic modal, with existential quantificational force, a modal base made of properties (introduced by “in virtue of” phrases) and a propositional ordering source that is predominantly stereotypical (BRENNAN 1993). Syntactically, I propose that the suffix uniformly selects an unsaturated Voice/Initiation projection, as in a passive operation (BRUENING, 2013). I implement this idea in the architecture of the first-phase syntax (RAMCHAND 2008). This proposal dispenses with the postulation of two distinct rules, familiar from previous lexicalist analyses, as well as with different heights of attachment of the suffix, as in previous non lexicalist proposals (OLTRA-MASSUET 2014, RESENDE; RECH 2020). I claim this proposal offers a more adequate and elegant explanation for the observed adjectival patterns.

#### PALAVRAS-CHAVE

Adjetivos Disposicionais; Passivas; Modalidade.

#### KEYWORDS

Dispositional Adjectives; Passives; Modality.

## INTRODUÇÃO

Este artigo retoma a tese de Moreira (2015) para explicar a formação de adjetivos com o sufixo *-vel*/em português, os quais chamo de disposicionais, exemplificados em (1).<sup>1</sup>

- (1) a. adorável: digno de ser adorado, que desperta adoração  
 b. amável: digno de ser amado, que merece amor<sup>2</sup>  
 c. lavável: que pode ser lavado  
 c. quebrável: que pode ser quebrado

Essa retomada é feita no contexto de um trabalho recente de Resende e Rech (2020), no qual os autores argumentam que esses adjetivos podem ter três leituras modais—a de (i) possibilidade (e.g., ‘lavável’), a de (ii) probabilidade (e.g., ‘variável’) e a de (iii) obrigação (e.g., ‘memorável’)—, além de uma interpretação (iv) não modal, denominada ‘leitura gatilho’ (e.g., ‘desprezível’). Os autores atribuem essas diferentes interpretações à presença ou ausência de projeções funcionais de natureza verbal (vP), aspectual (AspP) e modal (ModP) na estrutura interna desses adjetivos. Segundo essa proposta, fundamentada no modelo da Morfologia Distribuída (MD) (HALLE; MARANTZ, 1993 *inter alia*), o sufixo *-vel* realiza um “núcleo adjetivizador ( $\alpha^0$ ) na presença de um núcleo funcional ModP e também nos contextos de um traço [causa]” (RESENDE; RECH, 2020, p. 1).

Assim, a interpretação desses adjetivos dependeria da inserção do sufixo nesses dois contextos distintos. Um contexto é claramente modal, que prevê um núcleo dedicado a expressar essa categoria (i.e., ModP); o outro é não modal e contém o traço ([causa]) supracitado, que, segundo os autores, estaria presente no categorizador adjetival. Importante nessa proposta é a diferença estrutural entre esses adjetivos. Para os autores, dos três tipos de adjetivos modais, “apenas os que geram uma leitura de possibilidade

1 Neste artigo, chamo de disposicionais apenas os adjetivos derivados com o sufixo *-vel* (e adjetivos em outras línguas construídos com sufixos correlatos, como *-(a)ble* no inglês, *-bile* no italiano, etc.). Há outras formas adjetivas que também expressam disposicionalidade—entendida como a tendência ou disposição em se comportar de determinada maneira (BRENNAN, 1993). Por exemplo, adjetivos formados com o sufixo *-iça*, como ‘quebradiço’ e ‘irritadiço’. Estes ficam fora deste artigo, mas veja Moreira (2020) para uma discussão.

2 Em seu parecer, Isabella Pederneira questiona se o adjetivo ‘amável’ não teria uma segunda interpretação de “uma pessoa doce”. Concordo com a descrição mencionada, mas não a considero uma “segunda interpretação”. Em (1), tanto ‘amável’ quanto ‘adorável’ têm interpretações derivadas similares: ‘doce’, ‘cativante’, ‘encantador’, ‘fascinante’, ‘atraente’, etc. Considero, no entanto, que elas não divergem da paráfrase apresentada acima ‘digno de amor/adoração’ ou ‘que merece/desperta amor/adoração’. Da mesma forma, ‘dovável’ é aquilo que ‘pode ser dobrado’, mas também ‘maleável’, ‘flexível’, noções derivadas, correlatas, que não divergem da paráfrase modal. Como o objetivo aqui é apresentar os dados ao leitor pela primeira vez, tento manter essa apresentação o mais didática possível. Concentro-me no fato de que a “parte passiva” da paráfrase é mantida (isto é, de forma geral, o adjetivo predica da entidade que ocupa o papel de objeto do verbo que serve de base). O que muda é justamente a interpretação do modal, como esperado, já que a modalidade é sensível ao contexto.

projetam o núcleo Voz; os demais projetam apenas o núcleo vP, que introduz leitura de evento, mas não licencia a projeção do argumento externo” (RESENDE; RECH, 2020, p. 1). Já o tipo não modal é gerado pela concatenação do sufixo a uma raiz previamente estativizada por um núcleo aspectual. Em suma, cada uma dessas interpretações tem uma estrutura particular, havendo, portanto, quatro estruturas distintas para esses adjetivos.

Essa análise mantém o espírito da proposta de Oltra-Massuet (2010, 2014), embora proponha uma classificação mais refinada para captar as nuances modais desses adjetivos.<sup>3</sup> Na proposta dessa autora, que considera dados do inglês, espanhol e catalão, esses adjetivos seriam basicamente de dois tipos—denominados *high* e *low-ble*.<sup>4</sup> Adjetivos *high-ble* são modais e exemplificam a concatenação alta do sufixo a uma estrutura categorizada (concretamente, um *vezinho* com sabor passivo),<sup>5</sup> já adjetivos *low-ble* são avaliativos e exemplificam a concatenação baixa do sufixo, a uma raiz também previamente estativizada. Adjetivos do primeiro tipo seriam composicionais, ou seja, expressariam possibilidade (e.g., *breakable* ‘quebrável: o que pode ser quebrado’), e os do segundo tipo seriam não composicionais (e.g., *lovable* ‘amável: digno de ser amado, que desperta amor’).<sup>6</sup>

Neste trabalho, baseado em Moreira (2015), apresento uma análise mais parcimoniosa para explicar a derivação desses adjetivos, que implemento no modelo da sintaxe de primeira fase (RAMCHAND, 2008). Trata-se de um modelo de natureza sintática (i.e., não lexicalista), como o da MD, mas que diverge deste em pontos importantes, abordados na seção 3. Proponho uma única regra (ou contexto de inserção) para derivar adjetivos disposicionais no português, *pace* Resende e Rech (2020) e Oltra-Massuet (2010, 2014). Argumento que esses adjetivos podem receber um tratamento unificado, tanto semântico quanto sintático, uma vez que a natureza da modalidade expressa pelo sufixo e suas exigências seletivas são adequadamente compreendidas. A modalidade é uma categoria sensível ao contexto e temos aparato formal para captar sua variabilidade (KRATZER, 1977, 1981, 1991); logo, o estudo aprofundado da modalidade

3 Ela é mais refinada no sentido literal, por estabelecer maior número de discriminações entre esses adjetivos, se comparada a análises prévias que seguem o mesmo arcabouço teórico. Agradeço à Isabella Pederneira por chamar a atenção à necessidade desse esclarecimento.

4 Ao discutir a literatura sobre esses adjetivos em diversas línguas, adoto de forma consistente a terminologia usada pelos autores em seus respectivos trabalhos. Por isso, qualquer variação reflete a exposição dos autores. Por exemplo, *-ble* para representar o sufixo em inglês, espanhol e catalão no trabalho de Oltra-Massuet (2014), e *-able* para representar o mesmo sufixo do inglês por Wasow (1977), McGinnis (2010) e outros.

5 Neste artigo, assim como em Moreira (2015), o termo “sabor” é usado tanto para falar de tipos de modalidade, como em Kratzer (1981), quanto para falar de sabores de v, no espírito de Folli e Harley (2005).

6 Em seu parecer, Isabella Pederneira observa que o exemplo com ‘amável’ não lhe parece um caso de não composicionalidade e que “doce” poderia ser usado no seu lugar em “Carolina é uma pessoa muito amável com seus filhos”. Exatamente. É precisamente isso que a minha proposta defende, que não se trata de um caso de não composicionalidade. A questão fica mais clara adiante, quando discuto as propriedades que compõem a base modal de *-vel*.

expressa pelo sufixo é um dos fundamentos desta proposta e uma das suas principais contribuições diante de análises prévias.

Do ponto de vista semântico, argumento que esses adjetivos são predicados disposicionais e devem ser tratados no âmbito da modalidade dinâmica (BRENNAN, 1993 e outros). Considero que adjetivos disposicionais pertencem, em geral, a duas classes principais. Uma que tem interpretação de potencialidade e seria compatível com a leitura de possibilidade (e.g., ‘quebrável’, ‘lavável’, ‘variável’), e outra, interpretação subjetiva ou avaliativa (e.g., ‘amável’, ‘detestável’, ‘desprezível’), ambas modais. Nessa segunda classe, observo que a interpretação de possibilidade é amenizada ou totalmente suprimida, por isso esses adjetivos têm sabor evidencial ou verídico.

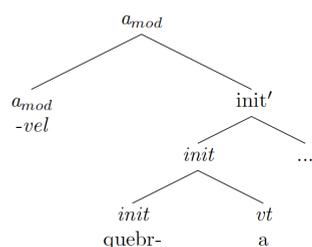
Do ponto de vista sintático, argumento que a gramática deriva os adjetivos disposicionais uniformemente a partir do que Bruening (2014) definiu como uma operação passiva. Para o autor, esta é uma operação morfossintática que impede a realização do argumento externo do verbo como um argumento. Na sua implementação, a passiva é um núcleo (Pass) que tem como alvo uma projeção não saturada de Voz, como detalhado adiante.<sup>7</sup> Defendo que o sufixo *-ve/se* comporta como Pass. Capto, assim, a relação desses adjetivos com a passiva, uma questão que, como também discuto adiante, está presente desde os primeiros estudos desses adjetivos na literatura (CHAPIN, 1967; Aronoff, 1976, WASOW, 1977, KAYNE, 1984, entre outros).

A proposta que defendo, portanto, tem dois ingredientes principais, a análise do comportamento sintático e a análise do comportamento modal do sufixo. A seguir, ilustro brevemente como esses ingredientes são implementados, a começar pela estrutura básica, em (2).<sup>8</sup>

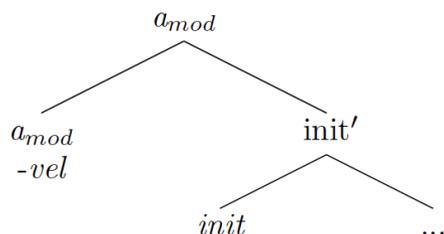
7 Uma questão terminológica: para ser fiel ao modelo que adoto (RAMCHAND, 2008), o familiar núcleo Voz (KRATZER, 1996) é chamado de *Init*, em alusão ao núcleo de Iniciação (Initiation) do evento nesse modelo.

8 Assumo, seguindo Oltra-Massuet (1999), que a vogal temática em línguas românicas cumpre o requisito de boa formação morfológica de um núcleo funcional sintático. Essa ideia implementada no modelo que assumo é representada na sequência. Ignoro essa posição nas representações arbóreas seguintes, por uma questão de simplicidade.

(l) Acomodando a vogal temática



(2) Afixação de *-vel*



A representação acima mostra o ponto de inserção do sufixo, uma projeção do núcleo Voz/Iniciador não saturada por um argumento externo. Em outras palavras, o argumento externo de Voz não é projetado. Na implementação de Bruening (2014, p. 385), isso é captado por um traço seletional no núcleo passivo Pass, representado por “[S:Voice(-Spec)]”, que aqui aparece simplesmente como *init*:<sup>9</sup> Sigo Oltra-Massuet (2014, p. 152), que propõe que o sufixo realiza a quantificação genérica do argumento externo. As evidências para isso estão documentadas na literatura pelo menos desde Chapin (1967, p. 70) que mostra que esses adjetivos têm preferência por *by-phrases* genéricas.<sup>10</sup>

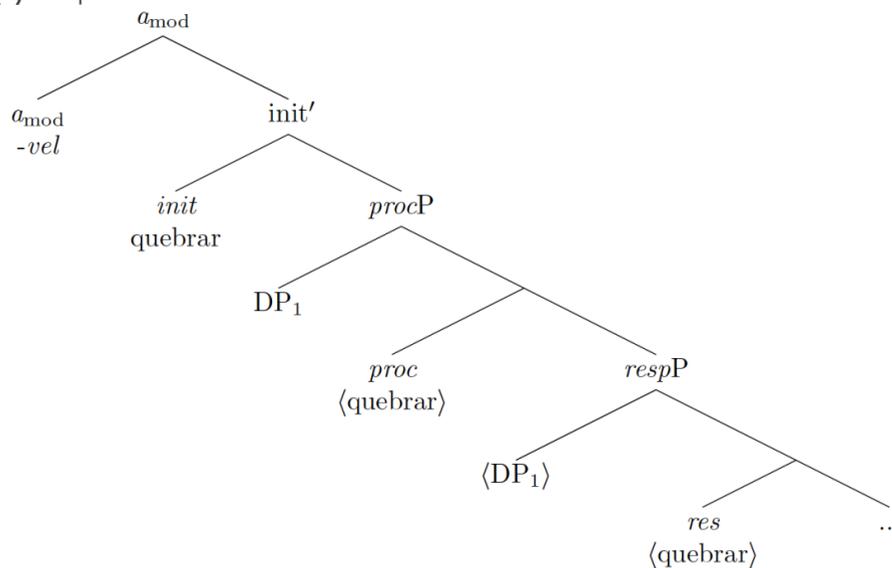
Esse subcomponente passivo estaria presente nas duas classes de adjetivos posicionais em estudo. O sufixo *-vel*, portanto, não seria um núcleo adjetival que ocorre em contextos modais ou não modais. Ele próprio seria um núcleo categorizador adjetival de natureza modal. A diferença entre as subclasses exemplificadas em (1) seria uma questão de complexidade interna, herdada da base que serve de afixação, como mostro na sequência.<sup>11</sup>

9 [S] representa o traço seletional e o que vem depois dos dois-pontos o que é selecionado.

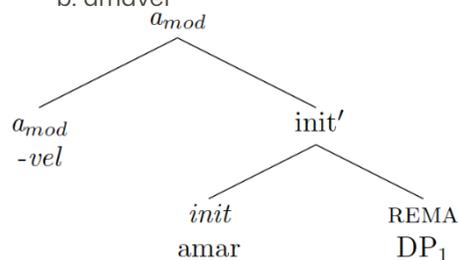
10 Agradeço a Ana Scher por perguntar explicitamente sobre esse ponto. Os detalhes, no entanto, ficam fora do artigo por questão de espaço, mas remeto o leitor a Moreira (2015, p. 148) para uma discussão completa e detalhes da implementação.

11 Observo que estas não são as únicas representações possíveis. Há adjetivos posicionais de possibilidade que não incluem um componente de resultado em sua estrutura. Formas como ‘dirigível’, ‘perecível’, entre outras, são formadas apenas pelos subcomponentes de iniciação (*init*) e processo (*proc*).

(3) a. quebrável



b. amável



Quanto à análise da semântica expressa pelo sufixo, adoto a teoria geral da modalidade de Kratzer (1981, 1991) à qual incorporo estudos sobre a modalidade dinâmica (Von Wright, 1951; Brennan, 1993; Hackl 1998). Esse tipo de modalidade diz respeito a noções como habilidade, capacidade, disposição, tendências e susceptibilidades (Von Wright, 1951; Palmer, 1990; Brennan, 1993; Hackl, 1998; Portner, 2009; Giannakidou; Staraki, 2013). É sabido que as expressões modais são variáveis e contextualmente determinadas, como mostra Kratzer (1981). Na teoria da autora, essa variabilidade é captada a partir de dois parâmetros básicos. O primeiro é a força modal, lexicalmente determinada, que pode ser existencial ( $\exists$ ) ou universal ( $\forall$ ), gerando as interpretações de possibilidade ou necessidade, respectivamente. O segundo é o sabor modal, que pode ser de diversos tipos. Para citar alguns, epistêmico (relativo ao nosso conhecimento, como em “Leonardo deve estar em casa”), deôntico (relativo a normas e obrigações, como em “O locatário deve pagar a taxa

no quinto dia útil”), ou dinâmico (relativo a habilidades ou disposições, como em “Esta cadeira pode suportar 100 kg”).<sup>12</sup>

Esse segundo parâmetro, o sabor modal, é determinado pela interação entre outros dois elementos, denominados fundos conversacionais, (i) a base modal e (ii) a fonte de ordenamento. Formalmente, ambas são funções ( $f$ ) que mapeiam mundos ( $w$ ) a conjuntos de proposições ( $P$ ), de modo que  $f(w)$  é um conjunto de proposições. A base modal é esse conjunto de premissas (formalmente, proposições) que nos permite interpretar uma expressão modal. Por exemplo, concluo que Leonardo, no exemplo acima, *deve* (sabor epistêmico) estar em casa porque eu sei que horas ele volta do parque, eu sei que ele não costuma se atrasar, entre outras informações relevantes.<sup>13</sup> A fonte de ordenamento, por sua vez, serve para ordenar os mundos que compõem a base modal conforme um ideal (que seria “o melhor dos mundos”).<sup>14</sup>

Com base nesse aparato e na proposta de Brennan (1993), analiso o sufixo *-ve/* como um modal com força quantificacional existencial, que tem sua interpretação relativizada a uma base modal composta de propriedades (introduzidas por frases do tipo “em virtude de”), não de proposições, e a uma fonte de ordenamento primordialmente estereotípica, que se mantém proposicional.<sup>15</sup> Mostro que a natureza das propriedades em questão, bem como do tipo de eventualidade envolvida—concretamente, o verbo que serve de base para a afixação—são diretamente responsáveis pelas leituras modais discutidas até aqui.

Na sequência, ilustro essa proposta e o seu raciocínio modal subjacente, originalmente defendido em Moreira (2015). O adjetivo ‘quebrável’ tem a sua interpretação modal relativizada a certas propriedades objetivas inerentes à entidade que ele qualifica. Por exemplo, seu material, textura, densidade, entre outras propriedades. Fundamentalmente, estas não são responsáveis por garantir um estado final (‘quebrado’), mas apenas a disposição, tendência ou susceptibilidade em manifestar esse estado. A paráfrase modal seria “em virtude de suas propriedades características, o objeto  $x$  pode ser quebrado”. A manifestação do estado, por sua vez, estaria condicionada a um evento causador ou

12 Na teoria de Kratzer (1981), portanto, o sabor modal é duplamente relativo, determinado pelos fundos conversacionais que o modal toma. Esses são contextualmente determinados, ou seja, implícitos.

13 No exemplo em questão, o fundo conversacional epistêmico fixa um conjunto de mundos consistente com um conjunto de informações que um indivíduo tem em determinado momento. Na situação hipotética criada, sei muito a respeito de “Leonardo”; portanto, quando digo que “Leonardo deve estar em casa”, em um uso epistêmico do modal *dever*, estou levando em consideração esse conjunto de informações de que disponho.

14 A semântica formal em geral analisa a modalidade como a quantificação de mundos possíveis. O conceito de mundos possíveis vem da Filosofia, com Leibniz (2005 [1710]). Lewis (1973, p. 84) define mundos possíveis como “formas como as coisas poderiam ter sido”.

15 Abordo adiante a complexa questão de se determinar a força quantificacional de modais dinâmicos, de maneira geral. Basicamente, uma interpretação existencial parece muito fraca, e uma interpretação universal parece muito forte. Sigo Hackl (1998) ao analisar a quantificação existencial de mundos como a quantificação genérica de situações (i.e., “dois lados da mesma moeda”), e assumo que *-ve/* é lexicalmente determinado com força existencial (v. MOREIRA, 2015, p. 118).

desencadeador. Em outras palavras, certas circunstâncias, como um golpe, por exemplo. Daí decorre a leitura compatível com a noção de possibilidade. Ela seria não só determinada pela força quantificacional do sufixo, mas seria também um subproduto da noção disposicional. Se um objeto é quebrável (dadas as suas propriedades), então ele é passível de ser quebrado.

Já o adjetivo ‘amável’ tem a sua interpretação modal relativizada a propriedades subjetivas inerentes à entidade que ele qualifica. Por exemplo, personalidade, índole, modos, humor, entre outros, no caso de uma entidade animada. Todas essas propriedades são apreendidas subjetivamente, como observa Pesetsky (1995), a partir de avaliações positivas (no caso de predicados como amar/amável) ou negativas (no caso de detestar/detestável). Diferentemente do exemplo anterior, a mera percepção dessas propriedades garante o estado (*grosso modo*, ‘amado’, ‘amor’). Esse “estado de amor” é aquele em que se encontra o sujeito experienciador (ou juiz, no sentido de Lasersohn (2005)) que avalia a pessoa ou objeto positivamente.<sup>16</sup> Nesse caso, não há um evento causador, mas a percepção que desencadeia um estado.

Daí decorre a distinção entre as duas classes principais de adjetivos, ilustradas em (1). Para essa segunda subclasse de adjetivos, a paráfrase modal de possibilidade é trivialmente verdadeira.<sup>17</sup> A noção modal de possibilidade parece ser amenizada, dando lugar a uma leitura verídica. Esta é bastante clara em adjetivos subjetivos derivados de verbos do tipo Obj.Exp (objeto experienciador) como ‘agradável’, que não é interpretado como “passível de agradar”, mas como aquilo que efetivamente agrada (i.e., compatível com a “leitura de gatilho” supracitada). Ela é igualmente clara também em adjetivos derivados de verbos que não são externamente causados, como *durável* ‘que dura’.

Colocando os dois ingredientes da análise juntos, concluo que os adjetivos disposicionais são o resultado da modalização de diferentes estruturas verbais, como mostrado em Moreira (2015). Nessa proposta, portanto, não há a postulação de duas regras, já familiares no tratamento desses adjetivos em propostas lexicalistas (Aronoff, 1976; Wasow, 1977; Fabb 1984), nem diferentes alturas de concatenação do sufixo em uma hierarquia funcional, como em outras propostas não lexicalistas (McGinnis, 2010; Oltra-Massuet, 2014; Resende; Rech, 2020). Defendo, assim, que ela permite uma explicação mais elegante e bem fundamentada da derivação dos adjetivos disposicionais no português, e potencialmente em outras línguas.

Este artigo está organizado em 6 seções, além desta seção introdutória. Na seção 1, desenvolvo argumentos em favor de uma análise unificada para os adjetivos disposicionais,

16 O juiz (LASERSOHN, 2005) é o indivíduo ao qual um predicado subjetivo ou de gosto pessoal é relativizado. Por exemplo, ‘bonito’, ‘divertido’, ‘agradável’, ‘amável’. O juiz seria uma espécie de experienciador.

17 Isto é, para ‘Maria é amável’, por exemplo, temos “em virtude de suas propriedades características, Maria pode ser amada/despertar amor” (cf. Moreira 2015, p. 28).

mostrando, onde couber, as suas vantagens em relação a análises prévias. Na seção 2, apresento o modelo de Ramchand (2008). Na seção 3, analiso a modalidade expressa pelo sufixo *-ve/*. Na seção 4, apresento a estrutura sintática dos adjetivos disposicionais e a sua relação com a passiva. Na seção 5, introduzo evidências adicionais que dão suporte à proposta. E, finalmente, na seção 6, apresento as conclusões. O artigo traz, ainda, um Apêndice com uma nota sobre os dados considerados no trabalho, extraída de Moreira (2015, p. 42-47).

## 1. UMA ANÁLISE UNIFICADA PARA OS ADJETIVOS DISPOSICIONAIS

Os adjetivos disposicionais em *-ve/* são investigados no português brasileiro de diferentes perspectivas teóricas (Basilio, 2002; Salles e Mello, 2005; Oliveira e Ngoy, 2007; Lobato, 2010; Moreira, 2014, 2015; Resende; Rech, 2020). Formas análogas também são amplamente estudadas em outras línguas, como o inglês (Chapin, 1967; Chomsky, 1970; Aronoff, 1976; Wasow, 1977; Fabb, 1984; Kayne, 1984; Di Sciullo, 1995; Nevins, 2002; McGinnis, 2010); o alemão (Kratzer, 1981; Riehemann, 1998); o catalão e o espanhol (Oltra-Massuet, 2010, 2014); o italiano (Cinque, 1990; Bisetto, 2009); o grego (Anagnostopoulou e Samioti, 2015); o islandês (Wood e Sigurðsson, 2014); o japonês (Ishizuka e Koopman, 2014); o basco (Artiagoitia, 2003), para citar alguns.

Na sequência, passo à exposição de alguns trabalhos prévios sobre esses adjetivos. Busco fazer um uso judicioso da literatura, de modo que alguns trabalhos são apresentados para ilustrar generalizações importantes sobre esses adjetivos e outros são considerados efetivamente na discussão. Para ser mais clara, propostas lexicalistas são apresentadas primeiro, seguindo a cronologia, e propostas não lexicalistas são consideradas na sequência. Deste último grupo, foco em duas análises particulares, Oltra-Massuet (2014), já discutida em Moreira (2015), e Resende e Rech (2020), que, com base naquela, aborda dados do português. Como a proposta que defendo é não lexicalista, vou me deter na análise destas últimas, em particular Resende e Rech (2020).

Sabe-se que essa classe de adjetivos é heterogênea, fato que tem validade translinguística. Do ponto de vista de sua interpretação semântica, adjetivos disposicionais podem pertencer a duas grandes subclasses. Uma seria claramente modal, e que Wasow (1977) ilustra com o adjetivo do inglês *readable* ‘que pode ser lido’. A outra classe, que não exprime possibilidade, e que o mesmo autor exemplifica com o adjetivo *deplorable* ‘que deve/merece ser deplorado’. Além disso, sabe-se também que esses adjetivos são, em geral, deverbais e têm relação com a passiva, como mostra a paráfrase com o participípio. A questão da passiva está presente em quase todas as

discussões desses adjetivos, pelo menos desde o trabalho de Chapin (1967), passando por Wasow (1977), Kayne (1984), para citar alguns, até trabalhos mais recentes, como os de Oltra-Massuet (2010, 2014) e Moreira (2014, 2015).

Chapin (1967, p. 65) apresenta diversos indícios que, segundo ele, “sugerem fortemente o envolvimento da transformação passiva na derivação de adjetivos em *-able*”.<sup>18</sup> O autor observa que “o sujeito de um adjetivo em *-able* é seletivamente restrito ao objeto do seu verbo base” (CHAPIN, 1967, p. 65).<sup>19</sup> Wasow (1977) também trata de adjetivos em *-able* no inglês juntamente com as formas passivas (tanto adjetivas quanto verbais) dessa língua. Concretamente, o autor propõe uma análise lexicalista na qual adjetivos disposicionais em *-able* e passivas adjetivas (e.g., *broken* ‘(está) quebrado’) são derivados a partir de uma regra lexical passiva, e passivas verbais (e.g., *broken* ‘(foi) quebrado’) são derivadas de uma transformação passiva, como esquematizado a seguir.<sup>20</sup>

#### (4) Proposta de Wasow (1977)

- |                                |                                      |
|--------------------------------|--------------------------------------|
| a. Adjetivos em <i>-able</i> : | regra lexical: $-able_{Va} (II) = I$ |
| b. Passivas adjetivas:         | regra lexical: $-en_{Va} (II) = I$   |
| c. Passivas verbais:           | transformação passiva: $(II) = I$    |

Em (4), a notação “ $V_a$ ” indica a mudança de categoria lexical realizada pelos sufixos, de verbo (V) para adjetivo (A); já a notação “ $(II) = I$ ” indica a chamada externalização do argumento interno (objeto direto), representado por II, para se tornar o sujeito da forma derivada, representado por I.

Já de uma perspectiva sintática (MD), Oltra-Massuet (2010, 2014) capta a relação entre adjetivos em *-ble* e as passivas ao postular a presença de um *v* (vezinho) com sabor passivo na estrutura interna de uma subclasse desses adjetivos—a saber, a que expressa possibilidade. Na outra subclasse, que não expressa possibilidade e é considerada idiossincrática ou não composicional, o *v* passivo estaria ausente. Essa análise também é fortemente influenciada pela investigação das passivas de uma perspectiva sintática, no modelo da Morfologia Distribuída. Nesse caso, a autora estabelece comparação explícita com as passivas adjetivas (estativas e resultativas) de Embick (2004) no inglês—*v*. Moreira (2015, p. 72) para uma discussão. As estruturas propostas são exemplificadas em (5).

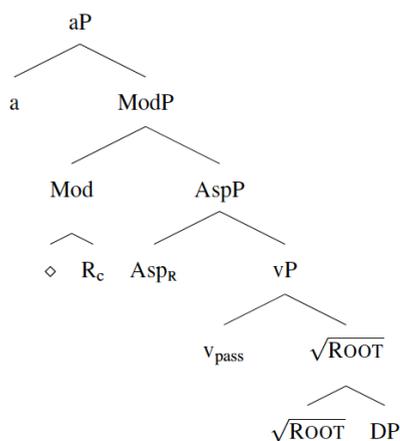
18 No original: “[...] *suggest strongly the involvement of the passive transformation in the derivation of adjectives in -able.*” Noto que a terminologia ‘transformação’ reflete o estágio de desenvolvimento da teoria gerativa e diz respeito, *grasso modo*, a operações de natureza sintática.

19 No texto original: “[...] *the subject of an -able adjective is selectionally restricted as the object of its stem verb.*”

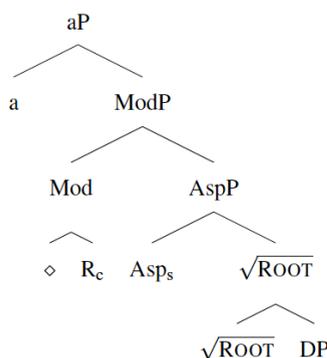
20 Em (4b), *-en* é uma das realizações da morfologia participial do inglês (*v*). MOREIRA, 2015, p. 55).

(5) Proposta de Oltra-Massuet (2014)

a. HIGH -ble

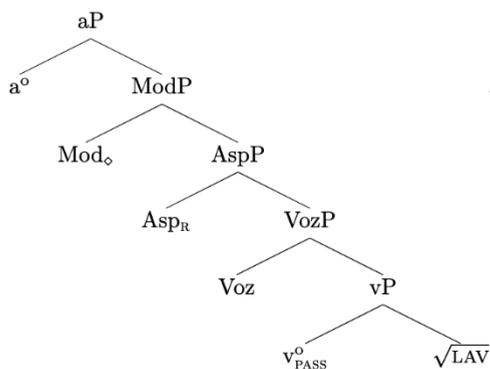


b. LOW -ble

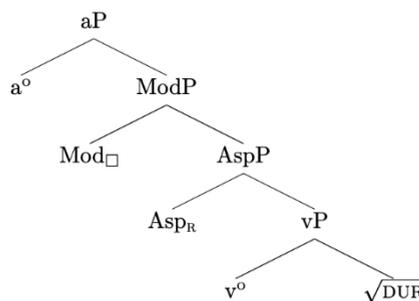


As subclasses *high* e *low -ble* são inspiradas nas estruturas propostas por Embick (2004) para as passivas resultativas e estativas do inglês, respectivamente. A terminologia *high* e *low* faz referência à concatenação alta do sufixo a uma estrutura verbal (portanto, categorizada) e à concatenação baixa do sufixo (a uma raiz não categorizada).<sup>21</sup> Esses dois pontos de concatenação seriam responsáveis por gerar a leitura composicional ou idiossincrática da forma derivada. Neste trabalho, busco mostrar, justamente, que não há leitura idiossincrática, e que podemos manter um ponto único de concatenação do sufixo, gerando os acarretamentos modais a partir da estrutura do verbo em questão. Essa mesma ideia de concatenação alta e baixa também pode ser estendida à análise de Resende e Rech (2020, p. 13-14), mostrada a seguir.

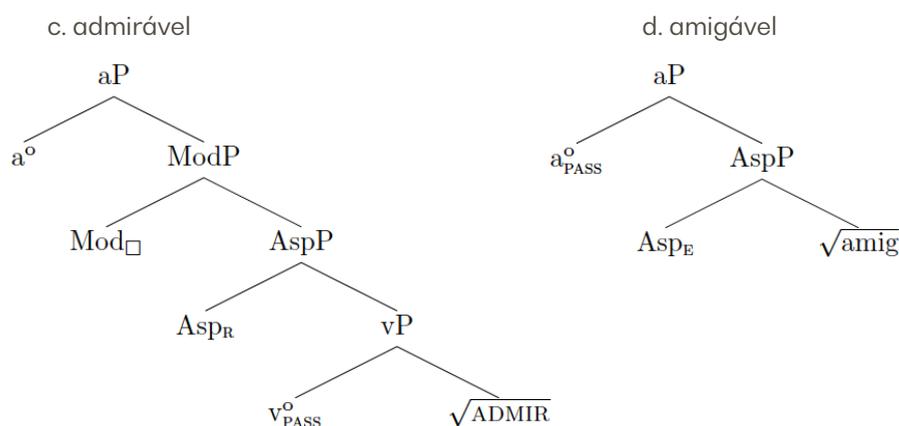
(6) a. lavável



b. durável



<sup>21</sup> Em (5), o sufixo é inserido em 'a' (apesar de seus traços estarem distribuídos em outros núcleos). Em Mod, por exemplo, estão o operador de possibilidade (∅) e um restritor circunstancial (Rc).



Antes de seguir, detalho as estruturas acima, com base na descrição de Resende e Rech (2020, p. 13-14). Em (6a)  $\sqrt{\text{lav}}$  é um “morfema lexical”, vP “introduz argumento interno e leitura de evento”, VozP “licencia a projeção de argumento externo”, AspP “cria um estado resultante (<sub>R</sub>) de um evento”, ModP “modaliza um estado resultante, força modal de possibilidade ( $\diamond$ )” e aP “cria uma propriedade”. Já em (6b),  $\sqrt{\text{dur}}$  é um “morfema lexical”, vP “introduz leitura de evento (“sintaxe ativa)”, AspP “cria um estado resultante (<sub>R</sub>) de um evento”, ModP “modaliza um estado resultante, força modal de necessidade ( $\square$ )” e aP “cria uma propriedade”. Em (6c),  $\sqrt{\text{admir}}$  é um “morfema lexical”, vP “introduz argumento interno e leitura de evento”, AspP “cria um estado resultante (<sub>R</sub>) de um evento”, ModP “modaliza um estado resultante, força modal de necessidade ( $\square$ )” e aP “cria uma propriedade”. Finalmente, em (6d),  $\sqrt{\text{amig}}$  é um “morfema lexical”, AspP “cria um aspecto estativo (<sub>E</sub>)” e aP “cria uma propriedade causativa”.

Essa classificação de Resende e Rech (2020) é mais refinada, como aludido anteriormente (cf. nota 3), no sentido de que estabelece maior discriminação entre esses adjetivos. A natureza da explicação, contudo, é similar.

Diante do exposto, vemos que há duas questões básicas a serem explicadas por qualquer análise que aborde esses adjetivos. A primeira é semântica e diz respeito à natureza da variação modal observada. A segunda é sintática e diz respeito a como a gramática deriva esses adjetivos. Como já mencionado, na literatura, as propostas pertencem a essas duas grandes famílias de análises—as lexicalistas e as não lexicalistas (ou sintáticas).

Análises lexicalistas como as de Chapin (1967), Aronoff (1976), Wasow (1977) e outros fundamentam-se na premissa de que a gramática tem regras sintáticas e lexicais. Assim, adjetivos disposicionais seriam gerados a partir de regras lexicais, que manifestam falta de regularidade. Neste trabalho, assumo que a visão lexicalista está superada (Marantz, 1997; Williams, 2012, Bruening, 2014, 2018) e adoto uma visão sintática para a derivação de palavras, baseada no modelo da sintaxe de primeira fase (Ramchand, 2008). Por essa

razão, não avalio de forma mais aprofundada os seus argumentos—mas veja Moreira (2015) para uma discussão detalhada dessas propostas e de seus maiores desafios.

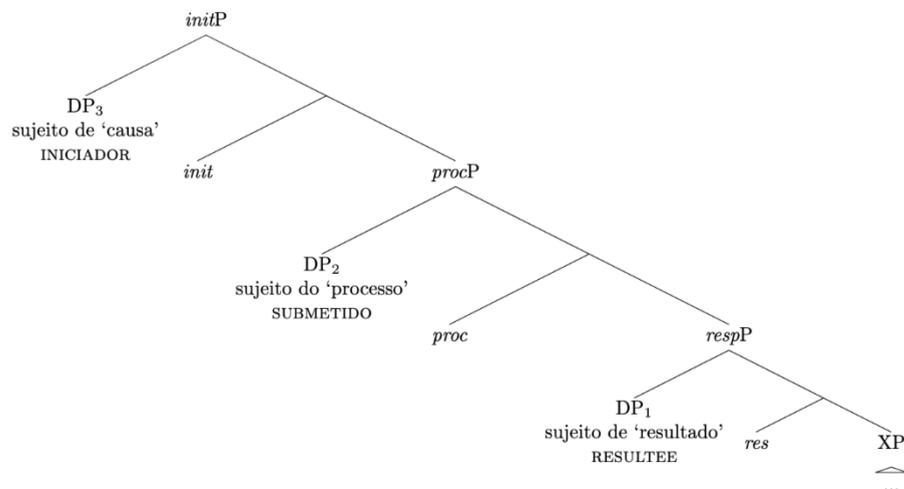
Já análises não lexicalistas como as de Oltra-Massuet (2010, 2014) e Resende e Rech (2020) têm claras vantagens sobre proponentes lexicalistas. Em primeiro lugar, elas assumem corretamente que um único mecanismo gera sentenças e palavras (a sintaxe), eliminando, assim, a redundância de análises prévias. No entanto, essas propostas perdem parcialmente as generalizações mais importantes sobre esses adjetivos—a sua expressão modal e a sua relação com a passiva—ao distribuir a construção dos adjetivos posicionais ao longo de uma estrutura para a qual não se motivam claramente restrições seletivas. Assim, são geradas estruturas que não possuem qualquer relação com modalidade ou passiva (por exemplo, a classe *low-ble*, que supostamente não tem um componente passivo, ou a classe de adjetivos ‘gatilho’ que não seria modal), a despeito de as formas derivadas manterem essas relações, sob uma inspeção mais minuciosa.

A proposta que defendo neste artigo segue o caminho não lexicalista, isto é, parte da premissa de que a sintaxe gera tanto sentenças quanto palavras. No entanto, defendo que as propriedades sintático-semânticas desses adjetivos podem ser tratadas de maneira unificada. Sendo assim, discuto nas seções seguintes a expressão da modalidade pelos adjetivos posicionais, além do comportamento sintático do sufixo *-vel* e a sua relação com passiva. Antes, contudo, exponho brevemente a arquitetura da gramática que assumo neste trabalho.

## 2. O MODELO DA SINTAXE DE PRIMEIRA FASE

No modelo da sintaxe de primeira fase (Ramchand, 2008). A categoria V é articulada (maximamente) em três núcleos verbais (de Iniciação, Processo e Resultado). Esses núcleos são representados pelos rótulos *init*, *proc* e *res*, respectivamente, como mostrado a seguir em (7).

(7) Decomposição máxima do evento (eventualidade dinâmica)



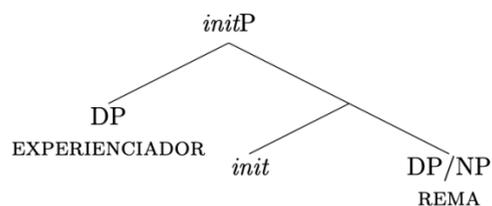
Acima, temos a representação de uma eventualidade dinâmica como ‘quebrar’. Os rótulos supracitados são traços categoriais que identificam a categoria V, ou seja, são os “blocos de construção” mínimos dessa categoria. Assim, raízes verbais carregariam esses traços, que comporiam a sua “marcação categorial” (v. Ramchand, 2008, p. 97). Diferentemente da Morfologia Distribuída, portanto, esse modelo não trabalha com a noção de raízes acategoriais. Diz-se que (7) representa a decomposição máxima do evento porque ela carrega os três subeventos (de causa, processo e resultado), mas é possível, naturalmente, que um verbo não codifique resultado (verbos de atividade, como ‘pular’ ou ‘correr’, por exemplo). Nesse caso, a decomposição do evento prevê apenas a presença de *init* e *proc*. Mais adiante veremos também como é a decomposição dos verbos estativos, que projetam apenas o núcleo de iniciação do evento.

Os traços *init*, *proc* e *res* são identificados à medida que a estrutura hierárquica verbal é construída por meio da operação de concatenação (*Merge*), sendo prevista a possibilidade de reconcatenação (*Remerge*).<sup>22</sup> Desse modo, a estrutura do evento é construída juntamente com as relações argumentais. Cada uma das projeções verbais supracitadas (Iniciação, Processo e Resultado) corresponde a um subevento e tem uma posição de especificador, preenchida pelo argumento interpretado como o sujeito desse subevento. Como mostrado em (7), o especificador da projeção *init* é o iniciador do evento (Initiator); o da projeção *proc* é o submetido ao processo ou evento (Undergoer); e o da projeção *res* é o resultado do evento (Resultee). Quanto à posição de complemento desses

<sup>22</sup> *Merge* é a operação sintática básica (recursiva) que, aplicada a dois objetos,  $\alpha$  e  $\beta$ , forma K, um terceiro objeto.  $K = \{\gamma, \{\alpha, \beta\}\}$ , onde  $\alpha$  e  $\beta$  são objetos e  $\gamma$  é o rótulo de K (ver CHOMSKY, 1995, p. 243).

núcleos verbais, ela pode ser ocupada pelo que a Ramchand (2008) chamou de complementos remáticos, que podem ser de dois tipos, os caminhos (*paths*) ou remas (*rhemes*). Crucialmente, verbos estativos não têm a projeção de processo, considerada por Ramchand o cerne de predicados dinâmicos. A representação desses verbos é dada em (8) a seguir.

(8) Decomposição de uma eventualidade estativa



As entidades que ocupam a posição de especificador ou complemento desses núcleos são os “participantes do evento”, e sua introdução é sempre mediada por eles. Note que os participantes do evento podem ter papéis compostos. Há casos em que o iniciador do evento é de fato distinto da entidade submetida ao evento, como vemos em (7) para o verbo ‘quebrar’. Há casos em que temos um iniciador-submetido, por exemplo, para um verbo como ‘beber’, em que o complemento do verbo seria um argumento do tipo *path*.

### 3. ADJETIVOS DISPOSICIONAIS E MODALIDADE

Análises prévias assumiram que o sufixo *-vel* (e correlatos em outras línguas) expressa possibilidade e que se comporta como o modal ‘poder’ em usos comuns do tipo “pode chover hoje”. Por essa razão, a variação na expressão da modalidade, mostrada em (1), parece irregular e difícil de captar. Nesta subseção, pretendo mostrar que adjetivos disposicionais são adequadamente tratados no âmbito da modalidade dinâmica, que diz respeito a habilidades, capacidades, disposições, tendências e susceptibilidades (Von Wright, 1951; Palmer, 1990; Brennan, 1993; Hackl, 1998; Portner, 2009; Giannakidou; Staraki, 2013).<sup>23</sup> Defendo que *-vel*/não expressa possibilidade, mas sim potencialidade, capacidade, e que as formas derivadas com o sufixo podem ou não ser compatíveis com uma leitura de possibilidade. Na sequência, abordo primeiro as expressões de habilidade, para depois passar ao estudo das disposições, já que ambas fazem parte da mesma ontologia (v. MOREIRA, 2015).

<sup>23</sup> Veja o apêndice deste artigo para mais dados.

Em primeiro lugar, como observa Moreira (2015), a modalidade dinâmica é menos investigada e, por isso, menos compreendida. Palmer (1990, p. 7), por exemplo, argumenta que, enquanto a modalidade epistêmica e a deôntica geralmente dizem respeito ao falante, “a modalidade dinâmica parece estar relacionada a habilidades do sujeito da sentença, e talvez nem seja estritamente modalidade”.<sup>24</sup> Von Wright (1951) emprega o termo modalidade dinâmica justamente para falar de habilidades do sujeito de uma sentença, como exemplificado a seguir.<sup>25</sup>

- (9) *Jones can speak German*  
 Jones poder.HAB falar alemão  
 ‘Jones sabe falar alemão’.

No português, o verbo *can* é traduzido literalmente como ‘poder’. Mas note que, nessa língua, “poder” dificilmente assume o uso dinâmico exemplificado em (9) (veja a glosa). Nesse caso, a expressão usada para exprimir o sentido de que “Jones *pode* falar alemão” é “sabe”. Portanto, adoto a tradução acima, por ser a mais natural na língua. Outras expressões que exprimem habilidade são: “ser capaz de”, “ter a capacidade de”, “ter a habilidade de” e “conseguir” (v. MOREIRA, 2015, p. 117).<sup>26</sup> É possível, contudo, usar o modal ‘poder’ com sabor dinâmico em outros contextos, como em “Esta cadeira pode aguentar até 100 kg”. O que se quer dizer, nesse caso, não é que é possível ou provável que a cadeira aguente 100 kg, embora essas conclusões sejam acarretamentos adequados, trivialmente verdadeiros. O que se quer dizer é que a cadeira tem certos atributos ou propriedades que a tornam capaz de (potencialmente) suportar 100 kg.

Essas considerações representam menos a dificuldade de *parafrasear* esses modais e mais de captar a sua força quantificacional. Essa questão, discutida em Moreira (2015), é notória, como aponta Hackl (1998, p. 36), com base no exemplo seguinte.

- (10) *John can swim*  
 John poder.HAB nadar  
 ‘John sabe nadar’.

Segundo o autor, em uma análise existencial de *can* (‘poder’), a sentença em (10) seria verdadeira no caso de haver pelo menos um mundo possível em que João nada. Essa

24 No original: “(...) *dynamic modality is concerned with the ability (...) of the subject of the sentence, and is not, perhaps, strictly modality at all.*”

25 Nas glosas: HAB = habilidade, DISP = disposicionalidade.

26 Em seu parecer, Ana Scher observa que o uso de ‘saber’ também como modal dinâmico de habilidade em exemplos como “Ele sabe dirigir”, além de exemplos do tipo “ele sabe inglês”.

conclusão, contudo, é fraca. Nesse exemplo, como observa Hackl (1998, p. 37), a intuição é a de que “se João pode [sabe] nadar, então ele vai nadar em mais ou menos todas as situações que preencham condições básicas de felicidade, em vez de apenas em pelo menos uma delas”.<sup>27</sup> As condições de felicidade são, no sentido de Austin (1962), aquelas que determinado contexto deve satisfazer para que uma expressão linguística seja considerada adequada (ou seja, “feliz”). No caso do exemplo de Hackl, essas condições seriam: “João estar alerta”, “ter vontade de nadar”, “ter acesso a uma piscina ou algo do tipo” (Hackl, 1998, p. 8).

Moreira (2015, p. 118) observa que a intuição subjacente ao exemplo parece ser ainda mais forte: a de que John pode/sabe nadar, a despeito das condições de felicidade que favoreçam a manifestação da sua habilidade. Em outras palavras, mesmo que ele esteja indisposto ou incapacitado de exercer suas habilidades, ainda assim, ele sabe nadar. A esse respeito, Hackl observa que, em uma leitura de habilidade, o modal parece ter força universal ou *quasi*-universal. Para captar esse comportamento, o autor propõe que, para sentenças de habilidade, há uma relação próxima entre quantificação existencial de mundos possíveis e quantificação genérica de situações (GENs). Concretamente, ‘situações’ estariam em uma relação de parte-todo com mundos possíveis, de modo que mundos seriam situações máximas. Assim, o exemplo (10) teria a seguinte representação (Hackl, 1998, p. 8).

(11) GEN<sub>s</sub> [*John em s & C(s)*]  $\exists e[s \text{ sobre}p\tilde{o}e\text{-}se \ a \ s' \ \& \ John \ nada \ em \ s]$

Em prosa, “todas as situações que incluem John e certas condições de felicidade podem ser estendidas a situações em que John nada” (Hackl, 1998, p. 8). Segundo o autor, a base modal de expressões de habilidade é formada por determinadas circunstâncias, que restringem o operador genérico. Essa consideração, como mostro adiante, é fundamental para explicar a variabilidade modal dos predicados disposicionais sob investigação.<sup>28</sup>

Até este ponto, discuti apenas a noção de habilidade, mas o foco do trabalho são as disposições e tendências. Para entender o que são disposições, é útil a seguinte distinção de Cross (2005, p. 321 *apud* Moreira, 2015, p. 123):

Temos uma sensação intuitiva quanto à distinção entre estados disposicionais e não disposicionais (ou categóricos), refletida em nossa classificação natural de fragilidade,

<sup>27</sup> No original: “[*The intuition was that*] if John can swim then he will swim in more or less all situations that meet basic felicity conditions rather than just in at least one of them”.

<sup>28</sup> Com a observação de que não considero ‘circunstâncias’, mas sim ‘propriedades’, como formadoras da base modal desses predicados, seguindo a proposta de Brennan (1993). Essa questão é retomada adiante.

inflamabilidade e solubilidade como disposições, em oposição à qualidade de ser triangular, que claramente não é uma disposição.<sup>29</sup>

O autor sugere que disposições sejam compreendidas em termos de “condições de ativação”. Assim, para Cross (2005, p. 322 apud Moreira, 2015, p. 123), “Se um objeto tem uma disposição (e.g., fragilidade), então há certas condições de ativação (um choque ou golpe), de modo que, caso o objeto esteja sob essas condições, uma outra condição que manifesta a disposição (quebrar) seria obtida”.<sup>30</sup> A partir dessa observação, Moreira (2015) compara as condições de ativação de disposições às condições de felicidade de habilidades, mostrando que estas costumam ser explicitadas por uma análise condicional. Por exemplo, para um predicado como ‘comprimido solúvel’, temos a condição de ativação seguinte: “se for colocado em água, esse comprimido dissolve” (Moreira, 2015, p. 123).

Assim, a questão de como disposições e habilidades se manifestam também tem paralelos. A esse respeito, Cross observa que as condições de ativação não precisam acontecer para que a disposição de um objeto ou entidade se manifeste (cf. o exemplo com a habilidade de nadar). Segundo o autor, “isso confere às disposições seu caráter ‘suspeito’, já que elas parecem ser inerentemente modais; elas são, por natureza, relacionadas ao meramente possível” (Cross, 2005, p. 322 apud Moreira, 2015, p. 124).<sup>31</sup>

### 3.1. COMO ANALISAR OS MODAIS DINÂMICOS

No que se segue, apresento a proposta de Brennan (1993) para analisar os modais dinâmicos, a qual estendo para os adjetivos disposicionais (v. MOREIRA, 2015). Essa análise introduz algumas inovações à teoria de Kratzer (1977, 1981, 1991), mantendo, contudo, seus fundamentos. Primeiramente, Brennan (1993) observa que modais dinâmicos operam sobre o VP, não sobre sentenças. Como exemplificado em (12a), o modal em uma leitura epistêmica opera sobre toda a sentença, já em (12b), o modal em uma leitura dinâmica seria operador do VP—exemplos originalmente apresentados por Moreira (2015, p. 127).

29 No original: “*We have an intuitive feel for the distinction between dispositional and non-dispositional (or categorical) states, as reflected in our natural classification of fragility, flammability and solubility as dispositions, as opposed to, say, triangularity, which is pretty clearly not a disposition.*”

30 No texto original: “*If an object has a disposition (e.g., fragility) then there are some activation conditions (jarring) such that if the object were in those conditions, some further condition manifesting the disposition (breaking) would obtain.*”

31 No original: “*(...) and this lends dispositions their “suspicious” quality, for they seem to be inherently modal; they are by nature about the merely possible.*”

(12) a. Nina pode comer chocolate.

MOD [Nina comer chocolate]

b. Nina é capaz de/pode andar de bicicleta.

Nina MOD [andar de bicicleta]

O que está em jogo em (12) é o fato de que o modal ‘poder’, em (a), é sensível uma série de proposições relacionadas ao evento “comer chocolate”, já em (b), ele é sensível a certas “informações” (i.e., propriedades) de Nina. Brennan (1993, p. 162) argumenta, assim, que modais dinâmicos são sensíveis aos participantes do VP e propõe que eles têm uma relação de acessibilidade especial,<sup>32</sup> “ancorada no sujeito do modal” (Brennan, 1993, p. 166), diferentemente do que ocorre em (12a).<sup>33</sup> Concretamente, Jones, no exemplo (9); John no (10); e Nina no (12). Na teoria de Kratzer, já vimos que a base modal é analisada como uma função que mapeia mundos a conjuntos de proposições, introduzidas por frases do tipo “em vista de”. Brennan (1993, p. 166-167) amplia esse repertório para incluir conjuntos de *propriedades*:

Uma forma imprecisa mas apropriada de expressar essa ideia é dizer que as bases modais de modais de VP fornecem conjuntos de sentenças abertas; a aplicação de função que une o sujeito ao VP modal também une o sujeito à base modal. Dada essa relação de acessibilidade, importa quem o NP sujeito é, uma vez que os mundos em que  $x$  tem certas propriedades serão possivelmente distintos dos mundos em que  $y$  tem essas propriedades.<sup>34</sup>

Essa base modal, segundo Brennan (1993, p. 169), é introduzida por frases do tipo “em virtude de”, obrigatoriamente interpretadas como correferentes ao sujeito do modal, como ilustrado a seguir em (13a), para um predicado de habilidade, e em (13b), para um predicado disposicional, com exemplos adaptados de Moreira (2015, p. 128).

(13) a. Juliana pode/consegue escalar o Monte Everest.

[em virtude de sua força física, de sua disciplina, de seu foco...]

b. Juliana é memorável.

[em virtude de seu talento, de sua competência, de sua personalidade...]

Essa base modal é definida formalmente como uma função que mapeia, para cada par de indivíduos e mundos ( $w$ ), o conjunto de propriedades relevantes que esse indivíduo possui

32 *Grosso modo*, seriam os mundos acessíveis a partir do mundo de avaliação. Segundo Kratzer (1981, p. 46), “Se  $f$  é um fundo conversacional, então o conjunto de mundos acessíveis em um mundo  $w$  com relação a  $f$  é simplesmente  $\cap f(w)$ , ou seja, o conjunto de mundos em que todas as proposições de  $f(w)$  são verdadeiras”.

33 No original: “(...) ‘the accessibility relation is keyed to the subject.’”

34 No original: “An imprecise but evocative way of expressing this is to say that modal bases for VP-modals yield sets of open sentences; the function-argument application that puts the subject together with the modal VP also puts the subject together with this modal base. Given such accessibility relations, it matters what the subject NP is, since the worlds where  $x$  has certain properties will quite possibly differ from the worlds where  $y$  has them.”

em *w* (Brennan, 1993, p. 179). Mas sabemos que os modais são duplamente relativos, ou seja, são relativizados a dois fundos conversacionais, a base modal e a fonte de ordenamento. A respeito desse segundo parâmetro, Brennan (1993) observa que os mundos a serem considerados não podem ser estranhos ou inacessíveis. Por isso, Brennan (1993, p. 193) defende que a fonte de ordenamento “permanece proposicional”, como originalmente concebida por Kratzer (1981). Considere o exemplo seguinte (Brennan, 1993, p. 192), discutido por Moreira (2015, p. 130).

- (14) *Joan can climb that tree.*  
Joan poder.HAB escalar aquela árvore  
'Joan consegue subir naquela árvore'.

Brennan argumenta que o modal dinâmico ‘poder’ (i.e., conseguir) nesse exemplo é relativizado aos mundos em que Joan tem propriedades físicas relevantes que a tornam apta a subir na árvore. Esses mundos, no entanto, não podem ser muito distantes da realidade, eles teriam de ser ‘normais’. Por exemplo, eles têm de excluir mundos em que as árvores não têm galhos, são muito pequenas (não escaláveis), ou que são flexíveis, etc. Uma forma de tornar inacessíveis esses mundos “fora do padrão” é por meio de uma fonte de ordenamento estereotípica, que mapeia mundos próximos de um padrão de normalidade (Brennan, 1993, p. 193). Em suma, o exemplo (14) envolveria uma base modal dinâmica, composta de propriedades, e uma fonte de ordenamento estereotípica, que conduz a mundos maximamente próximos do ideal.

Para concluir, a análise modal proposta para o para o sufixo *-vel* é a seguinte. Quanto à sua força quantificacional, assumo que o sufixo é existencial e, seguindo Hackl (1998), que expressa generalizações não acidentais. Ele pode, assim, ser interpretado tanto como expressão de possibilidade ou como um *quasi*-universal. Neste último caso, a leitura de possibilidade é amenizada ou está ausente. Quanto à base modal, sigo Brennan (1993) e assumo que ela é composta de propriedades introduzidas por frases do tipo “em virtude de”. O raciocínio modal subjacente a essa proposta é apresentado a seguir, com base em (15).

- (15) a. O tecido é lavável.  
b. O artista é admirável.

Em (15a), o tecido “pode ser lavado, em virtude de suas propriedades químicas ou físicas”. Nesse caso, se as condições de ativação forem provocadas (i.e., se o tecido for esfregado com água e sabão), é esperado que ele adquira um estado final, “lavado” ou “limpo”. Já em (15b), o artista “*pode* ser admirado, em virtude de suas propriedades relevantes, como qualidades artísticas, pessoais, entre outras”. Nesse caso, as condições

de ativação são meramente perceptivas e, em geral, não são provocadas.<sup>35</sup> Fundamentalmente, o estado ‘de admiração’ diz respeito ao experienciador. Na terminologia de Ramchand (2008), aquele que codescreve o estado. A leitura de possibilidade é amenizada ou inexistente, soando trivialmente verdadeira. Por isso, a paráfrase mais adequada seria a que capta esse caráter subjetivo e verídico, “o artista é admirado”, “o artista provoca/desperta admiração”, “o artista merece ser admirado”.

No que diz respeito à fonte de ordenamento, sigo Brennan (1993) em assumir que esta seja primordialmente estereotípica. No entanto, noto ser possível considerar outros tipos de ordenamento, como, por exemplo, uma fonte deôntica, como exemplificado a seguir (v. Moreira, 2015, p. 142).

(16) a. A postura do presidente não é admissível.

b. A seringa é descartável.

Em (16a), a fonte de ordenamento parece impor uma ordem segundo um conjunto de obrigações, regras e normas referente à postura que se espera de quem ocupa o cargo de presidente. Em (16b), a fonte de ordenamento também impõe uma ordem do tipo ‘de acordo com as regras sanitárias’, ‘de acordo com as boas práticas de saúde’, etc. Por isso, temos a interpretação de dever ou necessidade nesses casos: a postura do presidente não *deve* ser admitida, assim como a seringa *deve* ser descartada. O que isso mostra, é que as nuances semânticas desses adjetivos não precisam ser captadas a partir de diferentes forças ou sabores do componente modal desses adjetivos, como vimos nos exemplos em (6). Em vez disso, elas decorrem de propriedades tipicamente associadas à modalidade, como a sua sensibilidade ao contexto.

## 4. ADJETIVOS DISPOSICIONAIS E A PASSIVA

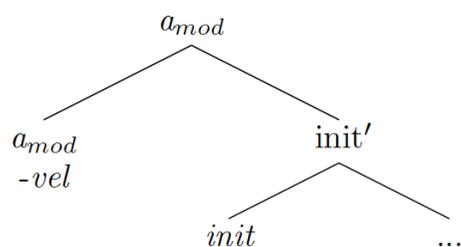
Nesta subseção, seguindo Moreira (2015), pretendo mostrar que os adjetivos disposicionais são uniformemente gerados a partir de uma operação passiva, como proposta por Bruening (2013). Capto, assim, a relação entre esses adjetivos e a passiva, o que, como mostrei, é uma questão presente em praticamente todas as análises sobre o tema. Segundo o Bruening (2013, p. 35), “a passiva é uma operação morfossintática que impede a realização do argumento externo como um argumento”. Na sua implementação, “a passiva

<sup>35</sup> Exceções são, por exemplo, as que Ana Scher aponta em seu parecer, como “O artista pode ser admirável/detestável, quando quer” em que o artista é capaz de “controlar” ou “manipular” a percepção dessas condições. Agradeço por essa observação.

é um núcleo (Pass) que seleciona uma projeção de Voz que ainda não projetou o seu argumento externo” (Bruening, 2013, p. 22).

Do ponto de vista sintático, proponho que o sufixo *-vel* comporta-se de maneira análoga a Pass. Isto é, o sufixo tem como alvo uma projeção não saturada do núcleo Voz/Iniciação. Na sequência, represento o seu ponto de concatenação, repetido de (2).

(17) Afixação de *-vel*

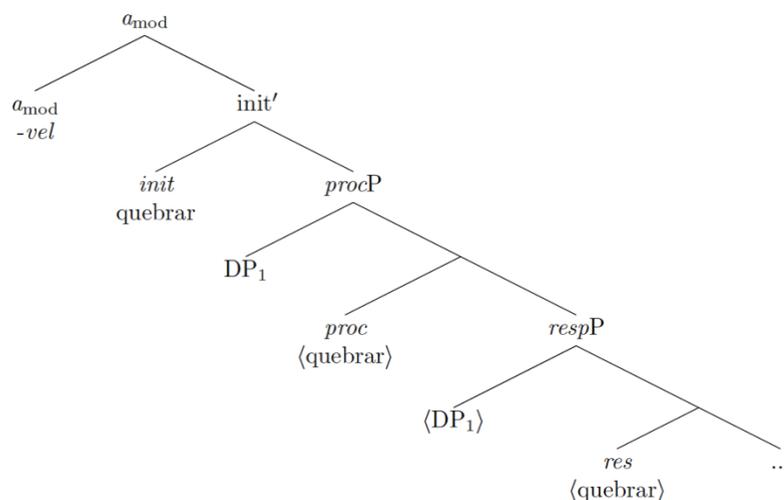


Essa estrutura mostra que o sufixo modal terá sempre o mesmo contexto de inserção; portanto, as diferentes classes de adjetivo refletem a maior ou menor complexidade das estruturas que o sufixo toma como complemento. Na sintaxe de primeira fase (Ramchand, 2008), essa complexidade é explicitamente representada por meio de subeventos. Desse modo, o *v*, presente em análises como as de Oltra-Massuet (2014) e Resende e Rech (2020), apresenta-se aqui articulado em diferentes núcleos, a depender do tipo de eventualidade em questão.

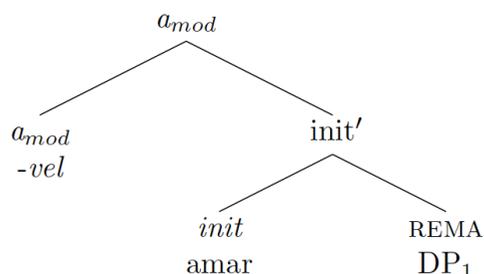
Matenho a ideia de que a formação de adjetivos disposicionais consiste na “modalização de diferentes estruturas de natureza verbal” (Moreira, 2015, p. 185). Assim, defendo que suas propriedades semânticas e sintáticas estão correlacionadas à complexidade interna do evento que lhes serve de base.

A seguir, mostro como a interpretação modal de adjetivos disposicionais de possibilidade (e.g., quebrável) e adjetivos subjetivos (e.g., amável) envolve a relativização de propriedades de entidades que ocupam posições hierárquicas distintas. Com base em (17), é possível derivar as estruturas exemplificadas em (18).

(18) a. quebrável



b. amável



Em (18a), associo a interpretação compatível com a noção de possibilidade à presença de subeventos que codificam um processo e um resultado. O  $DP_1$  do qual se predicam as propriedades relevantes para a interpretação do modal recebe um duplo papel como entidade submetida ao evento e portadora do seu resultado. Como exposto na introdução e subsequentemente discutido, essas propriedades são introduzidas por frases do tipo “em virtude de seu material, textura, densidade, qualidade, etc.”. Elas não garantem o estado final, que está condicionado a certas condições de ativação (i.e., uma causa).

Já em (18b), associo a interpretação subjetiva à presença de um complemento remático, que serve como a codescrição de um estado, como em (18b), que exemplifica a derivação do adjetivo ‘amável’. Também como já discutido, essas propriedades são introduzidas por frases do tipo “em virtude de suas características, personalidade, índole, modos, humor, etc.”. Elas basicamente garantem o estado em questão, já que, nesse caso, as condições de ativação são perceptivas (i.e., dependem de um experienciador).

É importante destacar, contudo, que essas não são as únicas estruturas possíveis. Uma visão geral das possibilidades de decomposição segue nos exemplos de (19)-(23) (Moreira, 2015, p. 98), nos quais (a) representa a decomposição do evento, e (b) os papéis dos

participantes na interpretação do adjetivo derivado. Note que (b) contempla os casos de papéis compostos previstos no modelo, como aludido acima,<sup>36</sup> o que está representado na coindexação destes como em (18). Os exemplos seguem.

(19) a. [init, proc, res] quebrar, lavar

b. (INICIADOR), SUBMETIDO<sub>i</sub>, RESULTADO<sub>i</sub>: quebrável, lavável.

(20) a. [init, proc] dirigir

b. (INICIADOR), SUBMETIDO: dirigível.

(21) a. [init, proc] beber, comer

b. (INICIADOR<sub>i</sub>), SUBMETIDO<sub>i</sub>, CAMINHO: bebível, comível.

(22) a. [init, proc] durar

b. (INICIADOR<sub>i</sub>), SUBMETIDO<sub>i</sub>: durável, perecível

(23) a. [init] admirar

b. (INICIADOR) REMA: admirável

Os esquemas acima representam as possibilidades estruturais desses adjetivos. Na sequência, apresento alguns dos dados analisados em Moreira (2015) e sua divisão em diferentes classes. Com isso, mostro como as diferenças entre a estrutura do evento subjacente ao adjetivo tem impacto na sua interpretação semântica.

#### (24) ADJETIVOS DE POSSIBILIDADE OU POTENCIALIDADE

acatável, acessível, adequável, ajustável, ampliável, comparável, congelável, contabilizável, contornável, curável, decifrável, deformável, desmontável, elegível, embargável, evitável, estimulável, fabricável, flutuável, formulável, habitável, homologável, identificável, imputável, inflável, injetável, lavável, mapeável, manipulável, manuseável, mastigável, pagável, penhorável, quebrável, reconhecível, recuperável, traduzível, tratável, transponível, tributável

Nesta proposta, os adjetivos em (24) têm a estrutura completa ilustrada em (18a) para ‘quebrável’.

#### (25) ADJETIVOS SUBJETIVOS

abominável, aborrecível, aconselhável, admirável, adorável, afável, agradável, amável, amigável, aprazível, considerável, deleitável, deplorável, desejável, detestável, elogiável, estimável, execrável, formidável, gostável, honorável, invejável, lastimável, lamentável, louvável, notável, odiável, preferível, temível, terrível

36 O INICIADOR aparece entre parênteses para indicar que está suprimido.

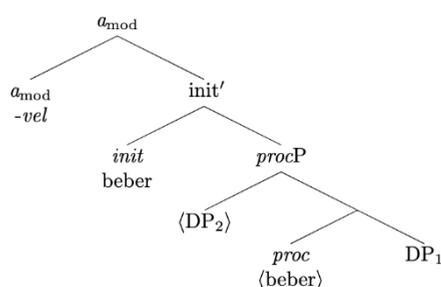
Os adjetivos em (25) têm a estrutura estativa apresentada em (18b).<sup>37</sup>

**(26) ADJETIVOS AMBÍGUOS**

aceitável, bebível, condenável, censurável

Esses adjetivos podem ser interpretados como potenciais ou subjetivos (cf. exemplos (16a) e (31) a seguir). O que eles também têm em comum é uma estrutura verbal em que um mesmo participante ocupa as posições de ‘iniciador’ e ‘submetido’ ao evento, ou seja, recebe um papel complexo (Ramchand, 2008): iniciador-submetido, que o torna senciante. Além disso, o adjetivo predica do seu complemento. A estrutura desses adjetivos é representada a seguir.

**(27) bebível**



A ambiguidade é prevista pelas possibilidades de relativização do sufixo modal a diferentes propriedades. Propriedades objetivas, como ‘(ser) líquido’, produzem leituras de potencialidade: ‘passível de ser bebido, pode ser bebido (em virtude de não estar congelado, por exemplo)’. Propriedades subjetivas, como ‘doce’, ‘amargo’, produzem leituras subjetivas, como ‘passível de ser bebido, tolerável, suportável (em virtude de estar amargo, ou doce)’.

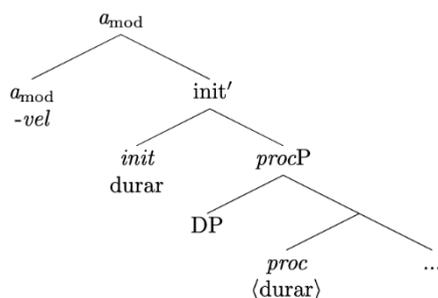
**(28) ADJETIVOS FACTUAIS OU VERÍDICOS**

durável, perdurável, perecível

Essa classe é limitada, mas interessante. O que adjetivos desse tipo compartilham é o fato de terem como base um verbo monoargumental e de predicarem do participante que, na estrutura do verbo-base, ocupa as posições de ‘iniciador’ e ‘submetido’. Proponho que esses adjetivos têm a seguinte estrutura.

<sup>37</sup> Embora adjetivos derivados de verbos psicológicos do tipo Obj.Exp (como ‘agradável’) possivelmente tenham uma estrutura diferente, visto que predicam da entidade na posição de Iniciador—ver Moreira (2015, p. 196).

(29) durável



Mostro, assim, que o mesmo sufixo *-vel*, com sabor modal dinâmico, pode se ligar a diferentes bases, partindo sempre da mesma operação morfossintática passiva.

## 5. EVIDÊNCIAS ADICIONAIS

Esta seção busca mostrar que a análise defendida neste artigo é motivada por fatores independentes e já conhecidos sobre modalidade, o que fortalece a proposta. Um argumento convincente em favor dela vem da observação de comportamento similar do modal ‘poder’ com sabor dinâmico no nível sentencial (Vendler, 1957; Palmer, 1986), como originalmente discutido em Moreira (2015, p. 133). Considere o seguinte exemplo de Palmer (1986, p. 75).

(30) *I can see the moon*

Eu poder.HAB ver a lua

‘Eu consigo ver a lua’

O autor observa haver uma correlação interessante entre “sensações” (representadas por verbos de percepção, como ‘ver’, ‘ouvir’, ‘sentir’) e modalidade no inglês. O exemplo (30) tem uma interpretação evidencial. Segundo o autor, ele indica que “o falante tem a sensação, não que ele tem a habilidade de ter a sensação” (Palmer, 1986, p. 75), isto é, o exemplo quer dizer “eu vejo a lua”. Esse comportamento é similar ao do disposicional *-vel* quando se liga a verbos que também envolvem sensação ou percepção. Um adjetivo como ‘agradável’ não só é subjetivo como também tem sabor evidencial e verídico, ‘agradável’ é o que efetivamente ‘agrada’. A mesma amenização da leitura de habilidade e possibilidade é encontrada em ambos os casos.

Vendler (1957, p. 148) também discute fato similar, em que o modal ‘poder’ no inglês tem uma interpretação verídica (ou redundante, segundo o autor).

Enquanto *ser capaz de correr* não é o mesmo que *correr* e *ser capaz de escrever uma carta* não é o mesmo que *escrever uma carta*, aparentemente, em algum sentido, *ser capaz de saber* é o mesmo que *saber*, *ser capaz de amar* é o mesmo que *amar* e *ser capaz de ver* é o mesmo que *ver*.

Segundo Moreira (2015, p. 134), “esse tipo de evidência, indica um comportamento peculiar de modais dinâmicos (no caso em questão, de habilidade) no que diz respeito à sua combinação com eventualidades estativas, que induz uma leitura verídica”. Note que, no nível sentencial, o modal dinâmico tem manifestação similar à que temos no nível da palavra. Por isso a comparação que se deve estabelecer não é entre o modal ‘poder’ de possibilidade e o sufixo *-ve/*, mas sim entre o modal ‘poder’ dinâmico, que indica potencialidade, e o sufixo.

## 6. CONCLUSÕES

Neste artigo, defendi que a formação de adjetivos disposicionais envolve a modalização de diferentes estruturas de natureza verbal, a partir de uma operação morfossintática de passivização, como proposta por Bruening (2013) (Moreira, 2015). Defendi também que o sufixo *-ve/* deve ser tratado como um modal dinâmico (que exprime disposição), com força quantificacional existencial, uma base modal composta de propriedades e uma fonte de ordenamento proposicional estereotípica (ou deôntica). Na sintaxe de primeira fase, modelo que adoto neste trabalho, os verbos são projeções complexas, formadas por subeventos, que podem codificar projeções de iniciação, processo e resultado. Os eventos seriam decompostos maximamente em [init, proc, res], mas também poderiam ter formas menos articuladas, como [init, proc] (que também representa uma eventualidade dinâmica), ou ainda projeções mais básicas, que codificam apenas [init] (i.e., eventualidades estativas).

A complexidade desses adjetivos, que compõem uma classe heterogênea, não é atribuída a diferentes “fontes” de derivação, como em análises lexicalistas, ou a diferentes alturas de concatenação ou inserção do sufixo, como em análises não lexicalistas prévias (Oltra-Massuet, 2010, 2014; Resende; Rech, 2020). Na proposta que defendo, o sufixo sempre apresenta a mesma altura de concatenação à estrutura: uma projeção não saturada do núcleo Voz/Iniciador. Assim, reanaliso a complexidade desses adjetivos e as consequências sintáticas e semânticas discutidas em análises prévias como originadas de estruturas de tamanhos diferentes.

A proposta que defendo tem duas vantagens imediatas. A primeira é o fato de fazer previsões corretas sobre quais tipos de eventualidade dão origem às leituras modais de possibilidade e subjetiva. Ela prevê, por exemplo, que um verbo que tenha tanto uma

interpretação dinâmica quanto estativa dê origem a ambas as leituras, a de possibilidade e a subjetiva. Essa previsão está correta, como ilustro a seguir, com base em Moreira (2015, p. 29).

(31)a. A omissão é um crime *condenável* à pena de reclusão.

[= passível de ser condenado]

b. A atitude do presidente é absolutamente *condenável*.

[= digno de condenação]

Em (31a), o verbo ‘condenar’ é um verbo dinâmico, com sujeito agentivo e causador. Por exemplo, “o juiz condenou o réu”. Já em (31b), o verbo ‘condenar’ tem uso estativo, como um predicado de julgamento, no sentido de ‘desaprovar’ ou ‘deplorar’. Nesse caso, o sujeito é um experienciador ou juiz. Por exemplo, “o povo condenou a atitude do presidente”. Os adjetivos derivados herdam esses acarretamentos da base e o raciocínio modal envolvido em cada caso.

Se comparada a análises prévias lexicalistas, a proposta que defendo elimina a redundância de duas regras para derivar palavras (regras sintáticas, ou transformações, e regras lexicais). Ao mesmo tempo, ela retém os méritos dessas análises, ao reanalisar boa parte das suas generalizações descritivas, como a preferência do sufixo por verbos e a relação dos adjetivos derivados com a passiva. No que diz respeito a análises não lexicalistas, este trabalho mostra-se mais econômico, na medida em que não precisa postular diferentes alturas de concatenação do sufixo e diferentes forças e sabores para o modal (ou outros núcleos, como *causa*) para explicar as subclasses de adjetivos observadas no português.

Defendo que este caminho de análise permite uma explicação mais adequada para captar a formação de adjetivos disposicionais no português e potencialmente em outras línguas.

## 7. AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente à Ana Paula Scher e à Isabella Pederneira, pelo diálogo que ajudou a dar forma à versão final deste artigo. Agradeço também à audiência do XII Congresso Internacional da ABRALIN, InterAb12, pelas perguntas; à Heloisa Salles, pela orientação do trabalho que gerou esta discussão; aos meus colegas da Universidade de Brasília; e aos editores da CadLin. Todos os erros são meus.

## REFERÊNCIAS

- ANAGNOSTOPOULOU, E.; SAMIOTI, Y. Domains within words and their meanings: a case study. *In: ALEXIADOU, A.; BORER, H.; SCHÄFER, F. (Eds.). The syntax of roots and the roots of syntax.* Oxford: Oxford University Press, 2015. DOI 10.1093/acprof:oso/9780199665266.003.0005
- ARONOFF, M. *Word-Formation in Generative Grammar.* Cambridge, MA: MIT Press, 1976.
- ARTIAGOITIA, X. The case of an enlightening, provoking and admirable Basque derivational suffix with implications for the theory of argument structure. *Anuario del Seminario de Filología Vasca.* v. 46, 2003, p. 147-183.
- AUSTIN, J. L. [1962] Locutionary, illocutionary, perlocutionary. *In: HARNISH, R. (Org.). Basic topics in the philosophy of language.* New Jersey: Prentice Hall, 1994, p. 30-39.
- BASILIO, M. *Teoria Lexical.* 7a ed. 4a imp. Série Princípios. São Paulo: Editora Ática, 2002.
- BISETTO, A. *Italian adjectives in -bile.* Manuscrito, University of Bologna, 2009.
- BRENNAN, Virginia. *Root and epistemic modal auxiliary verbs.* 1993. 471f. Tese (Doutorado em Linguística)—Amherst: University of Massachusetts Amherst, 1993.
- BRUENING, B. By Phrases in Passives and Nominals. *Syntax.* v. 16, n. 1, p. 1-41, Blackwell Publishing Ltd, 2013.
- BRUENING, B. Word formation is syntactic: adjectival passives in English. *Natural Language & Linguistic Theory.* v. 32, p. 363-422-41, 2014.
- BRUENING, B. The lexicalist hypothesis: Both wrong and superfluous. *Language.* v. 94, n. 1, March 2018, pp. 1-42. Linguistic Society of America. DOI <https://doi.org/10.1353/lan.2018.0000>.
- CHAPIN, P. G. *On the syntax of word-derivation in English.* 1967. 198f. Tese (Doutorado em Linguística)—MIT, Cambridge, 1967.
- CINQUE, G. Ergative adjectives and the lexicalist hypothesis. *Natural Language & Linguistic Theory.* v. 8, n. 1, 1990, Springer, p. 1-39.
- CHOMSKY, N. Remarks on nominalization. *In: JACOBS, R.; ROSENBAUM, P. (Eds.). Readings in English Transformational Grammar.* MA: Ginn and Company, 1970, p. 184-221.
- CHOMSKY, N. *The Minimalist Program.* Cambridge, MA: MIT Press, 1995.
- CROSS, T. What is a disposition? *Synthese: Dispositions and laws of nature,* Springer, v. 144, n. 3, Abr., 2005, p. 321-341.
- DI SCIULLO, A. M. A modular approach to the selectional properties of derivational affixes. *Seminario de Filología Vasca Julio de Urquijo.* País Basco, p. 67-80, 1995.
- EMBICK, D. On the Structure of Resultative Predicates in English. *Linguistic Inquiry.* v. 35, n. 3, p. 355-392, 2004.
- FABB, N. A. J. *Syntactic affixation.* 1984. 264f. Tese (Doutorado em Linguística)—MIT, Cambridge, 1984.
- FOLLI, R.; HARLEY, H. *Flavours of v: consuming results in Italian & English.* Aspectual Inquiries. Netherlands: Springer, 2005, p. 95-120.
- GIANNAKIDOU, A.; STARAKI, E. Ability, action, and causation: from pure ability to force. *In: MARI, A.; BEYSSADE, C.; DEL PRETE, F. (Eds.). Genericity.* Oxford: Oxford University Press, 2013, p. 250-275.
- HACKL, M. *On the semantics of "Ability Attributions".* Manuscrito, MIT, 1998.
- HALLE, M.; MARANTZ, A. Distributed Morphology and the pieces of inflection. *In: HALE, K.; KEYSER, S. J. (Eds.). The view from Building 20.* Cambridge, MA: MIT Press, 1993, p. 111-176.

- HOUAISS, A. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Versão Monusuário 3.0. Junho de 2009. Instituto Antonio Houaiss. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2009.
- ISHIZUKA, T.; KOOPMAN, H. On the importance of being silent or pronounced: English *-able* and Japanese *-rare* potentials compared (Poster). *GLOW 37*. CRISSP: Bélgica, 2014.
- KAYNE, R. *Connectedness and binary branching*. Foris Publications. Netherlands: Dordrecht, 1984.
- KRATZER, A. What 'must' and 'can' must and can mean. *Linguistics and Philosophy*, v. 1, n. 3, p. 337-355, 1977.
- KRATZER, A. The notional category of modality. In: EIKMEYER, H.-J. & RIESER, H. (Eds.) *Words, Worlds, and Context*. Berlin: Mouton de Gruyter, 1981, p. 38-74.
- KRATZER, A. Modality. In: VON STECHOW, A. & WUNDERLICH, D. (Eds.) *Semantik: ein internationales handbuch der zeitgenössischen forschung*. Berlin: Mouton de Gruyter, 1991, p. 639-650.
- KRATZER, A. Severing the external argument from its verb. In: ROORYCK, J.; ZARING, L. (Eds.), *Phrase structure and the lexicon*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1996, p. 109-137.
- LASERSOHN, P. Context dependence, disagreement, and predicates of personal taste. *Linguistics and Philosophy*. v. 28, p. 643-686. Springer, 2005.
- MARANTZ, A. No escape from syntax: don't try morphological analysis in the privacy of your own lexicon. *U. Penn Working Papers in Linguistics*, v. 4.2, p. 201-225, 1997.
- McGINNIS, M. Evidence for the syntactic attachment of *-able*. Handout. *CUNY Conference on the Word in Phonology*. New York, 2010. Disponível em: <<http://bit.ly/1FkYLn>>.
- MOREIRA, B. E. C. Two types of dispositional adjectives. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem—ReVEL*. v. 12, n. 8, p. 186-196, 2014.
- MOREIRA, B. E. C. Apparent irregularities in the domain of derivational morphology. In: 56<sup>th</sup> Linguistics Colloquium, 2020, Germany. *Proceedings [...]* (no prelo).
- MOREIRA, B. E. C. *Aspectos sintáticos e semânticos dos adjetivos modais*. 2015. 224f.. Tese (Doutorado em Linguística)—Brasília: Universidade de Brasília, 2015.
- NEVINS, A. *One -able, two attachment sites*. Manuscrito, MIT, 2002.
- OLIVEIRA, R. P.; NGOY, F. M. Notas sobre a semântica do sufixo '-vel': a expressão da modalidade no PB. *Revista Letras*, n. 73, Set./Dez., Editora UFPR, p. 185-201, 2007.
- OLTRA-MASSUET, I. M. *On the notion of theme vowel: a new approach to Catalan verbal morphology*. 1999. 89f. Dissertação (Mestrado em Linguística)—Massachusetts Institute of Technology, MIT, Cambridge, 1999.
- OLTRA-MASSUET, I. M. *On the morphology of complex adjectives*. 2010. 280f. Tese (Doutorado em Linguística)—Universitat Autònoma de Barcelona, Barcelona, 2010.
- OLTRA-MASSUET, I. M. Deverbal Adjectives at the interface: a crosslinguistic investigation into the morphology, syntax and semantics of *-ble*. In: ALEXIADOU, A.; HALL, A. *Interface Explorations*, v. 28. Boston/Berlin: Mouton de Gruyter, 2014.
- PALMER, F. R. *Mood and Modality*. Cambridge Textbook in Linguistics. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- PESETSKY, D. *Zero syntax: experiencers and cascades*. Cambridge, MA: MIT Press, 1995.
- PORTNER, P. *Modality*. Oxford: Oxford University Press, 2009.
- RAMCHAND, G. C. *Verb meaning and the lexicon: a first phase syntax*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- RESENDE, M.; RECH, N. Uma análise para os adjetivos em *-ve/à* luz da Morfologia Distribuída. *Alfa*, São Paulo, v. 64, p. 1-21. <https://doi.org/10.1590/1981-5794-e11739>

RIEHMANN, S. Z. *Type-Based derivational morphology*. Netherlands: Kluwer Academic Publishers, 1998.

SALLES, H. M. M. L.; MELLO, M. A. C. R. Adjetivos em *-vel*: formação e produtividade. *Revista Investigações*. v. 18, n. 2, Julho, 2005.

VON WRIGHT, G. H. *An essay in modal logic*. Netherlands, Amsterdam: North-Holland Publishing Company, 1951.

WASOW, T. Transformations and the lexicon. In: CULICOVER, P.W.; WASOW, T; AKMAJIAN, A. *Formal Syntax*. p. 327-360. New York: Academic Press, INC., 1977.

WILLIAMS, E. Dumping Lexicalism. In: RAMCHAND, G.; REISS, C. *The Oxford Handbook of Linguistic Interfaces*, 2012. DOI: 10.1093/oxfordhb/9780199247455.013.0012

WOOD, J.; SIGURÐSSON, E. F. Building deverbal ability adjectives in Icelandic. *Proceedings of the 37th Annual Penn Linguistics Conference*, v. 20, n. 1., 2014, p. 351-360. Disponível em: <<http://bit.ly/1aldjnR>>.

## APÊNDICE

Este apêndice reproduz seção intitulada “Sobre os dados”, de Moreira (2015, p. 42-47), com adaptações.

Segundo o dicionário Houaiss (2009), o sufixo *-vel* tem origem do latim, *-bilis*, e significa “passível de’ ou mais raramente ‘agente de’ algo indicado pelo radical, que de regra é verbo”. O sufixo teve seu uso estendido nas línguas românicas, tendo assumido a forma *-ble* no espanhol e francês, e a forma *-bile* no italiano. A forma inicial do sufixo, *-bil*, é registrada em “Os Lusíadas” de Camões (1572) em diversas ocorrências, como *possibil*, *inexpugnábil*, *imóbil*, *insensíbil*, *insufribil*, *invencíbil*, entre outras (Houaiss, 2009). Na derivação moderna, segundo Houaiss (2009), “subentende-se uma sequência que transita do vulg. para o culto, a exemplo de *-vel* > *-bilidade* (*acusável*, *acusabilidade* etc.)”.

Camara Jr. (1991, p. 86) destaca uma “complexidade da língua portuguesa, que prolonga uma situação latina”, que diz respeito à distinção entre o que o autor chamou de radical e tema. O tema, segundo o autor, é o radical ampliado por uma vogal determinada, que “coloca os verbos em uma classe morfológica”. Na mesma direção, Oltra-Massuet (1999, p. 5) observa que, nas línguas românicas, os verbos são idiossincriticamente classificados segundo a sua classe de conjugação, baseada na realização da vogal temática. No português, temos a primeira classe, em *-a* (*cant-a-r*, *am-a-r*); a segunda classe, em *-e* (*beb-e-r*, *tem-e-r*); e a terceira classe, em *-i* (*dorm-i-r*, *sa-i-r*). Quanto à afixação em *-vel*, nota-se que esse sufixo é antecedido por uma vogal temática, a depender da classe a que pertence a base (e.g., amar-amável, temer-temível).

O português ilustra uma tendência observada também para o catalão e o espanhol, quanto à ocorrência da vogal temática *-a* com a primeira classe, e da vogal temática *-i* tanto para a segunda quanto para a terceira classe, como exemplificado a seguir.

- (A) a. I Classe: *ajustar* – *ajust-á-vel*.  
 b. II Classe: *beber* – *beb-í-vel*.  
 c. III Classe: *traduzir* – *traduz-í-vel*.

Nota-se, contudo, outras ocorrências, mais raras, como *indel-é-vel* (datação de 1836) via *indelebilis* de *delere* ‘apagar’; e *sol-ú-vel* (datação de 1828) via *solubilis* de *solvere* ‘soltar’. São registrados (Houaiss, 2009), ainda, pares como *vend-á-vel* (datação de 1524-1585), do francês *vendable*, e *vend-í-vel* (datação de 1572), do Latim *vendibilis*, de *vendere* ‘vender’; e desprezá-vel (datação sXV), e *desprez-í-vel* (datação sXIV), de *desprezar*. *des-*, que exprime oposição, e *prezar* ‘estima’.

Com base em dados do catalão, Oltra-Massuet (1999, p. 19) destaca que apenas a primeira conjugação é totalmente produtiva; nesse sentido, “quando um novo verbo é

criado, ele geralmente pertence à primeira conjugação”, que seria uma espécie de classe *default*. Essa tendência, como esperado, também é observada na forma adjetiva, que exhibe a realização da vogal temática *a* em formações recentemente cunhadas. A seguir, em (28), introduzimos alguns exemplos de formas recentes em *-vel* do português brasileiro, que ilustram essa tendência.

**(B)** Formações recentes em *-vel*

- a. *bicicletável*: cidade ou trajeto passível de (ou próprio a) ser percorrido de bicicleta.
- b. *camisetável*: de um tecido ou material a partir do qual pode ser feito uma camiseta.
- c. *canetável*: prova de aluno que deve ser rigorosamente corrigida.
- d. *colherável*: de uma comida que pode ser servida/apresentada em uma colher.
- e. *facebookável*: algo próprio para ou que merece ser publicado no Facebook.
- f. *instagramável*: algo próprio para ou que merece ser publicado no Instagram.
- g. *tagarelável*: quem está disponível para conversar via WhatsApp.

Segundo Oltra-Massuet (2014), este é um dos sufixos mais produtivos translinguisticamente. Chapin (1967, p. 178) registra aproximadamente 3600 formas terminadas em *-able* e 550 formas terminadas em *-ible* no inglês. No português brasileiro, o dicionário Houaiss (2009) lista mais de 1500 formações em *-vel*. Além de formas lexicografadas, que corroboram a produtividade desse sufixo, os dados em (B) atestam a corrente produtividade de *-vel* na língua, no sentido de ser um sufixo ‘ativo’, usado na formação de novas palavras.

Halle (1973, p. 1) observa que “[o]s falantes de uma língua normalmente possuem conhecimento não apenas sobre as palavras da língua, mas também sobre a sua composição e estrutura”. Ainda de acordo com Halle (1973, p. 13), “regras de formação de palavras devem ter acesso ao dicionário, i.e., certas palavras pressupõem a existência de outras palavras”. Para o autor, o dicionário seria “o conjunto de palavras que de fato ocorre na língua”. Ao se transpor essa observação para os dados em (B), essas formas novas pressuporiam a existência de outras palavras (i.e., outros adjetivos em *-vel* similares na língua). Além disso, esses novos adjetivos parecem também pressupor algumas formas “inexistentes”, mas potenciais, como, por exemplo, ‘bicicletar’.

Essa observação é consistente com a ideia da preferência do sufixo *-vel* por bases verbais. No entanto, a noção de verbo não precisa ser categorialmente definida no sentido de Aronoff (1976), em termos da Hipótese da Base Única. Da perspectiva deste trabalho, a categoria do verbo é decomponível em três núcleos (i.e., iniciação, processo e resultado). Com isso, supomos que, nos exemplos em (B), essas formações incluam projeções verbais que identifiquem, pelo menos, as porções de iniciação e processo. O mesmo raciocínio se aplica a formas como *presidenciável*, *prefeitável* e *reitorável*.